



CONSELHO
REGIONAL DE
PSICOLOGIA
MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 4ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

ATA DA 9ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CRP-MG – XVIII PLENÁRIO REALIZADA EM 31/01/2026.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis, com início às 09h30 realizou-se a 9ª Reunião Plenária Ordinária do XVIII Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes as(os)(es) Conselheiras(os) Efetivas(os): André Luiz Moreno da Silva, Andressa Moreira Antunes, Cintia Coelho dos Santos (online), Daniel dos Santos Saldanha de Freitas Camilo, Edilson Felipe Domingues, Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Isabelle Oliveira Pereira, João Paulo da Silva Moraes, José Alberto Manoel dos Santos, Laura Costa Lobo, Lucas Fernandes Ayres Pinto, Luciana Rodrigues Vasconcellos (online), Nayara Priscila Koda Teixeira, Sara Edith Souza de Assis Leão e Tobias de Medeiros Chaves Ferreira. Conselheiras(os) Suplentes: Aline Beatriz Alvarenga Albino Vaz, Ana Clara Gomes Braga, André Correa Ferreira, Angela Maria Valentim Gonçalves, Bruno Stefani Ferreira de Oliveira, Clarissa Assis Pereira Gomes, João Carlos da Silva Batista, Juliana Mendes Alves (online), Juliana Nassau Fernandes, Patrícia de Fátima Pantaleão e Samantha Alves Pereira de Souza. **Justificativas de ausência**: Fernanda Coelho dos Santos Moreira. **Quórum de Conselheiras(os)(es) Efetivas(os)(es)**: Foi verificado o quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 15, não sendo necessário o Plenário elevar qualquer condição de Conselheira(o) efetiva(o). Assuntos tratados: **Ponto de Pauta**: 1) Planejamento Estratégico: A sessão foi conduzida pelo consultor do Paulo Canarim, que iniciou os trabalhos provocando uma reflexão sobre o papel da(o) conselheira(o) na estrutura atual da autarquia. Foi destacado que a função transcende a mera participação em reuniões, exigindo um compromisso operacional e uma postura de liderança técnica. O consultor enfatizou que, para ser uma referência para a categoria, a(o) conselheira(o) deve entender profundamente os processos que gerencia, criando previsibilidade para evitar ser surpreendido por entraves rotineiros. O objetivo do workshop é transformar os compromissos assumidos pela gestão em um plano de ação estruturado, respeitando a realidade orçamentária e as prioridades do Conselho. O consultor do Paulo Canarim apresentou um resgate histórico da formação dos Conselhos de Psicologia no Brasil, mencionando a influência do ex-presidente Rogério e da consultora Carla. Explicou que, no final da década de 80, consolidou-se o modelo de "projeto ético-político", que priorizava o compromisso social da psicologia em pautas como a luta antimanicomial e o direito das minorias. Ressaltou que esse modelo, embora importante, muitas vezes deixou a categoria profissional em segundo plano nas discussões institucionais. O consultor argumentou que a atual gestão tem a validade técnica e política para reposicionar esse eixo, focando na identidade corporativa e na competência específica do psicólogo. Houve um debate profundo sobre a redação da missão do CRP-MG. O consultor propôs uma inversão de lógica: em vez de um foco estritamente corporativista, a missão deve ser centrada na proteção da sociedade contra práticas psicológicas sem evidência científica. Nessa perspectiva, a valorização do psicólogo surge como uma consequência natural da autoridade técnica estabelecida. O Conselheiro Daniel Freitas e outros conselheiros reforçaram a importância de destacar a psicologia como ciência, além de combater a confusão comum entre o papel do psicólogo e o do assistente social em políticas públicas. A Conselheira Isabelle Oliveira Pereira manifestou preocupação em não excluir a categoria da missão, visto que são os profissionais que financiam

a autarquia via anuidade. Ela sugeriu uma redação que equilibre os dois eixos: ser referência ética para os psicólogos e, simultaneamente, zelar pela proteção da sociedade por meio da ciência. O consultor concordou, explicando que legalmente o conselho é um meio para atingir o fim maior, que é o benefício social, mas que a prática profissional de qualidade é o instrumento essencial para isso. A visão de futuro definida pelo grupo foca em tornar a psicologia a autoridade incontestável em psicoterapia. O debate abordou a necessidade de restringir o uso desse título a profissionais capacitados, como psicólogos e psiquiatras, por meio de campanhas informativas e articulação política. O Conselheiro Lucas Fernandes e o Conselheiro Tobias Ferreira mencionaram a importância do Código de Ética como fundamento para essas ações, especialmente no que tange ao dever de prestar serviços baseados em conhecimentos científicos reconhecidos. Surgiu uma divergência estratégica sobre onde alocar esforços. Os conselheiros sugeriram focar na valorização e na saúde mental em nível estadual, citando que 30% das cidades mineiras não investem em saúde mental, o que representaria um mercado negligenciado para a categoria. Argumentou-se que depender de mudanças na legislação federal via Conselho Federal de Psicologia (CFP) poderia ser moroso e politicamente desgastante. Por outro lado, outros membros defenderam que a regulamentação da psicoterapia passa obrigatoriamente pelo nível federal e que o CRP-MG deve usar sua liderança política para pressionar por essas mudanças nacionais nas instâncias da APAF. O Paulo Canarim solicitou que cada conselheira(o) redigisse individualmente uma proposta de missão, consolidando os eixos de valorização profissional, rigor científico e proteção à sociedade. O objetivo é que a redação final reflita o compromisso desta gestão com uma psicologia baseada em evidências e socialmente responsável. Durante a discussão sobre a formulação da missão institucional do Conselho, o debate foi iniciado a partir de considerações apresentadas pelo Consultor Paulo Canarim, que destacou a necessidade de que a missão expressasse o posicionamento ético do Conselho perante a sociedade e a categoria profissional, ao mesmo tempo em que considerasse o contexto político da gestão. O expositor ressaltou que a formulação da missão deveria buscar equilíbrio entre a representação institucional e o compromisso com a ética profissional, evitando posicionamentos que gerassem confrontos políticos diretos, mas que permitissem sinalizar preocupações com a categoria e com a sociedade. Na sequência, o Conselheiro André Moreno destacou que o Conselho recebe manifestações críticas frequentes de setores da categoria, o que poderia induzir a gestão a uma postura de rivalização política. Contudo, ponderou que essa estratégia poderia limitar o alcance das ações institucionais, uma vez que a participação efetiva da categoria nos processos do Conselho ainda é reduzida. Mencionou, como exemplo, consulta recente realizada junto à categoria, na qual aproximadamente mil profissionais responderam entre cerca de sessenta mil inscritos. Assim, defendeu que a gestão deveria concentrar esforços em ampliar o diálogo com a maioria dos profissionais que permanecem afastados das disputas políticas institucionais, buscando ampliar a visibilidade do Conselho e fortalecer a participação da categoria. Dando continuidade ao debate, participantes da reunião destacaram a necessidade de ampliar o diálogo com instituições formadoras e profissionais recém-formados, considerando que determinados referenciais teóricos predominam historicamente em Minas Gerais, especialmente no campo da psicanálise, o que influencia a formação e o exercício profissional. Nesse contexto, foi sugerida a aproximação com instituições de ensino superior e espaços formativos como estratégia para ampliar a circulação de diferentes abordagens teóricas e técnicas no campo da psicologia. A Conselheira Ana Clara ressaltou que a chapa eleita também assumiu, durante o processo eleitoral, o compromisso de fortalecer o diálogo com a categoria e promover maior representatividade institucional. Nesse sentido, ponderou que a inclusão explícita de determinados conceitos na missão institucional poderia gerar tensões com o objetivo de ampliar o diálogo entre diferentes perspectivas presentes na categoria. Defendeu, portanto, que determinadas diretrizes poderiam ser expressas nas práticas institucionais e nas ações da gestão, sem necessariamente constar de forma direta no texto da missão. Em seguida, o consultor Paulo Canarim apresentou proposta preliminar de redação para a missão institucional, sugerindo o seguinte texto: atuar na valorização, orientação e proteção do exercício profissional da psicologia mineira, em diálogo com a categoria, assegurando práticas éticas, tecnicamente fundamentadas e socialmente responsáveis. A proposta foi colocada para apreciação do grupo, que passou a discutir ajustes terminológicos e conceituais. Durante a discussão, foram apresentadas

sugestões de alteração em alguns termos, como a substituição da expressão “assegurando” por outras formulações, a retirada do termo “tecnicamente” para evitar restrições interpretativas e a revisão da expressão “socialmente responsáveis”, considerada por alguns participantes como excessivamente genérica. Parte do grupo defendeu que o compromisso social e com os direitos humanos já está previsto na Constituição Federal e no Código de Ética Profissional da Psicologia, razão pela qual sua inclusão explícita na missão poderia ser interpretada como redundante. Por outro lado, outros conselheiros argumentaram que a explicitação desses compromissos poderia reforçar o posicionamento institucional do Conselho diante da sociedade. No decorrer do debate, também foram discutidas estratégias de comunicação institucional e a necessidade de ampliar a identificação da categoria com o Conselho, considerando que grande parcela dos profissionais mantém relação limitada com a instituição, muitas vezes restrita ao pagamento da anuidade. Foi ressaltada a importância de desenvolver ações e campanhas que fortaleçam o reconhecimento do papel do Conselho na defesa e valorização do exercício profissional. Ao final da discussão, o consultor Paulo Canarim sugeriu que diferentes versões da missão fossem sistematizadas a partir das contribuições apresentadas, permitindo que o grupo pudesse avaliar comparativamente as propostas em momento posterior da reunião. Foi indicado ainda que a equipe de comunicação institucional poderia colaborar no processo de revisão e refinamento da redação final, considerando critérios de clareza, objetividade e adequação comunicacional. Durante a continuidade das discussões sobre a redação da missão institucional, o grupo passou a analisar ajustes terminológicos e metodológicos para a definição final do texto. O debate foi conduzido com o objetivo de consolidar consenso entre as propostas previamente apresentadas. Em seguida, o grupo passou a discutir a necessidade de explicitar ou não, no texto da missão, o compromisso social da atuação profissional. Foi retomada a divergência anteriormente registrada entre dois entendimentos: um que defendia a explicitação do compromisso social como posicionamento institucional do Conselho e outro que entendia que tal compromisso já se encontra implícito na própria natureza do exercício profissional e nas normativas da psicologia. Diante dessa divergência, foi proposta a realização de votação para definir se a dimensão social deveria constar de forma explícita ou implícita na redação da missão institucional. Após a manifestação dos presentes e dos participantes que acompanhavam a reunião de forma remota, registrou-se o seguinte resultado: sete votos favoráveis à manutenção da dimensão social de forma explícita, um voto favorável à manutenção de forma implícita e nenhuma abstenção. Superada essa etapa, o grupo passou a analisar duas propostas de redação da missão institucional, que apresentavam diferenças pontuais quanto ao uso de expressões como “assegurando” ou “zelando” e quanto à referência ao “contexto da sociedade mineira” ou à formulação “em consonância com as demandas da sociedade”. Durante a discussão, foi sugerida a substituição do termo “assegurando” por “zelando”, sob o argumento de que a expressão “assegurar” poderia indicar uma garantia institucional absoluta, o que não corresponderia exatamente às atribuições do Conselho. Também foram apresentadas reflexões sobre o alcance territorial da redação, debatendo-se se a referência deveria se dirigir à “sociedade mineira”, à “psicologia mineira” ou à sociedade de forma mais ampla. Após a leitura integral das opções de texto disponíveis, os participantes procederam à votação para definição da versão final. A votação indicou maioria favorável à terceira proposta de redação, que recebeu quatorze votos favoráveis, sem registro de votos contrários ou abstenções. Com base no resultado, foi considerada aprovada a seguinte formulação para a missão institucional: *atuar na valorização, orientação e proteção do exercício profissional da psicologia mineira, em diálogo com a categoria, zelando por práticas éticas e cientificamente fundamentadas*. Após a aprovação da missão institucional, a reunião passou a tratar da definição da visão estratégica do Conselho. Foram apresentadas diferentes sugestões de texto com base em referências institucionais e propostas previamente elaboradas, incluindo formulações voltadas ao reconhecimento do Conselho como referência na orientação, qualificação e proteção do exercício profissional da psicologia. Durante o debate, diversos participantes destacaram a importância de que a visão institucional expressasse um objetivo de futuro relacionado ao fortalecimento do vínculo entre o Conselho e a categoria profissional, bem como ao reconhecimento do Conselho como espaço de referência para orientação e apoio ao exercício profissional. Foi ressaltado que a visão deveria evitar redundância em relação à missão e, ao mesmo tempo, traduzir expectativas de transformação

institucional ao longo da gestão. A Conselheira Luciana Vasconcellos manifestou preferência por formulação que enfatizasse o reconhecimento do Conselho como referência na orientação e qualificação do exercício profissional da psicologia mineira. Outros participantes destacaram a necessidade de incluir, na visão, elementos relacionados à fiscalização, à aproximação com a categoria e à efetividade das orientações institucionais. Também foram apresentados argumentos favoráveis e contrários ao uso da expressão “proteção do exercício profissional”. Parte do grupo considerou que o termo poderia transmitir ideia de atuação sindical ou de defesa corporativa direta, enquanto outros conselheiros defenderam que a expressão poderia abranger ações institucionais relacionadas à orientação, fiscalização e fortalecimento das condições de exercício profissional. Ao longo da discussão, o grupo buscou construir formulações que expressassem reconhecimento institucional, proximidade com a categoria e capacidade de resposta às demandas do exercício profissional. Foram então apresentadas cinco novas propostas de redação da visão institucional, elaboradas a partir das contribuições do debate. Após leitura das alternativas e manifestação preliminar dos participantes, foi realizada votação para escolha da proposta considerada mais adequada. A terceira proposta recebeu maioria expressiva de votos, totalizando quatorze votos favoráveis, sem registro de votos contrários ou abstenções, sendo, portanto, aprovada como formulação da visão institucional. Ficou então definida a seguinte visão: *ser reconhecido como Conselho presente e acessível à psicologia mineira, capaz de responder de maneira ágil e responsável às demandas do exercício profissional*. Concluída a definição da missão e da visão institucional, o grupo passou a discutir a etapa seguinte do planejamento estratégico da gestão, relacionada à análise das propostas de campanha e sua correspondência com as comissões e grupos de trabalho existentes no Conselho. Foi sugerido que cada proposta fosse analisada quanto à sua aderência à missão e à visão aprovadas, bem como quanto à possibilidade de execução pelas comissões temáticas ou permanentes. Durante essa discussão, participantes sugeriram que as propostas fossem analisadas em grupos menores de trabalho, permitindo identificar quais ações já estão em desenvolvimento nas comissões, quais ainda demandam estruturação e quais dependem de fatores externos ou de disponibilidade orçamentária. Na sequência, a Conselheira Fabíola mencionou a possibilidade de convidar o Gerente Financeiro responsável pela área financeira para apresentar informações sobre o orçamento institucional, de modo a subsidiar a avaliação da viabilidade das propostas apresentadas. Parte dos participantes avaliou que a apresentação poderia contribuir para orientar as decisões estratégicas, enquanto outros ponderaram que a discussão naquele momento deveria permanecer no plano geral do planejamento, deixando a análise orçamentária detalhada para etapa posterior. Diante dessa divergência, o grupo concordou em ouvir uma apresentação inicial sobre a estrutura do orçamento institucional, com o objetivo de compreender, em linhas gerais, o processo de elaboração orçamentária do Conselho. O Gerente Financeiro Gustavo Penzin, responsável pela área financeira, iniciou então uma exposição explicando que a elaboração do orçamento anual segue diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia, a partir de planilha padronizada encaminhada aos Conselhos Regionais. Informou que o processo de construção do orçamento do exercício de 2026 teve início após o fechamento do primeiro semestre de 2025, quando foram levantadas informações relativas ao número estimado de profissionais pagantes, pessoas físicas e jurídicas, bem como dados históricos de arrecadação e de recuperação de créditos. Explicou ainda que, após a elaboração da proposta orçamentária, esta é apresentada em assembleia da categoria para deliberação, incluindo a definição do valor da anuidade. Posteriormente, a proposta aprovada é encaminhada ao Conselho Federal de Psicologia, que realiza análise técnica e deliberação final sobre os orçamentos dos Conselhos Regionais. Informou, por fim, que o orçamento do Conselho Regional de Psicologia para o exercício de 2026 prevê montante aproximado de trinta e oito milhões e quinhentos e oitenta e oito mil reais destinados às despesas correntes, valor distribuído entre atividades administrativas e atividades finalísticas relacionadas à orientação, disciplina e fiscalização do exercício profissional da psicologia. No prosseguimento da reunião, foi realizada exposição técnica acerca da estrutura orçamentária do Sistema Conselhos de Psicologia e das implicações institucionais relacionadas à arrecadação de anuidades. O Gerente Financeiro apresentou considerações sobre a dinâmica financeira dos Conselhos Regionais, destacando a existência de diferenças expressivas de arrecadação entre os regionais, especialmente em

razão do número de profissionais inscritos. Foi mencionado que Conselhos com grande quantitativo de registros ativos, como ocorre em alguns estados, apresentam receitas significativamente superiores, o que impacta a elaboração das peças orçamentárias anuais. Explicou-se que, nesses casos, a previsão orçamentária por vezes inclui investimentos patrimoniais, como aquisição ou reforma de sedes, com o objetivo de compatibilizar a execução financeira com a arrecadação prevista ao longo do exercício. Na sequência, foram apresentadas considerações sobre os limites legais relativos à anuidade profissional. Esclareceu-se que, por se tratar de tributo de natureza parafiscal, a cobrança da anuidade não pode ser objeto de renúncia fiscal, não sendo juridicamente possível deixar de cobrar a contribuição. Entretanto, destacou-se que os Conselhos podem ajustar o valor da anuidade dentro da margem permitida pela legislação e pelas deliberações do Conselho Federal de Psicologia. Foi elucidado que, sobre o montante arrecadado pelos Conselhos Regionais, incide percentual destinado ao Conselho Federal de Psicologia, correspondendo a aproximadamente vinte e cinco por cento da arrecadação. Assim, eventuais alterações no valor da anuidade impactam também o repasse ao órgão federal. Ressaltou-se ainda que existe um teto legal para a cobrança da anuidade, historicamente estabelecido e atualizado por índices inflacionários, valor que atualmente ultrapassa o montante efetivamente cobrado pela maior parte dos Conselhos Regionais. Na continuidade da apresentação, foram discutidos aspectos relativos à composição da receita institucional. Foi destacado que parte significativa do resultado financeiro positivo registrado em determinados exercícios pode decorrer do rendimento de aplicações financeiras, especialmente em contextos de taxas de juros elevadas. Nesse sentido, ressaltou-se que tais rendimentos não integram a receita operacional típica da autarquia, sendo necessária cautela na interpretação de eventuais superávits para fins de tomada de decisão sobre políticas institucionais. Também foram mencionadas variáveis que influenciam diretamente a arrecadação anual, como a taxa de inadimplência da categoria e fatores operacionais relacionados aos sistemas de cobrança. Foi citado, a título de exemplo, episódio ocorrido durante a implantação de novo sistema administrativo, no qual falhas no processo de envio de cobranças resultaram na perda de arrecadação estimada em aproximadamente dois milhões de reais. Diante dessas variáveis, reforçou-se a necessidade de análises técnicas detalhadas antes de qualquer decisão relacionada à alteração do valor da anuidade. Encerrada a exposição sobre aspectos orçamentários, iniciou-se breve discussão sobre a participação da categoria nas assembleias gerais do Conselho, instância responsável pela deliberação sobre a proposta orçamentária e o valor da anuidade. Foi informado que, na assembleia realizada no ano anterior, a participação da categoria foi reduzida, registrando-se presença inferior a uma centena de pessoas. Alguns participantes apontaram a necessidade de ampliar as estratégias de divulgação e mobilização da categoria para essas instâncias deliberativas. Em seguida, a reunião retornou à pauta do planejamento estratégico da gestão, dando início ao processo de análise das propostas programáticas previamente sistematizadas. Foi acordado que cada proposta seria examinada quanto à sua aderência às comissões existentes, às áreas institucionais responsáveis e à possibilidade de execução no âmbito do Conselho. A primeira proposta analisada tratou da defesa técnica e jurídica da psicoterapia, com foco na consolidação do entendimento de que a prática deve ser exercida por profissionais habilitados. Durante a discussão, foram identificadas ações já em andamento no âmbito da assessoria parlamentar e do setor de comunicação institucional, incluindo iniciativas de esclarecimento público sobre os riscos da realização de práticas psicoterapêuticas por pessoas sem formação adequada. Diante disso, registrou-se que o acompanhamento dessa pauta permanece sob responsabilidade da Diretoria, com apoio da assessoria parlamentar e da comunicação institucional. Na sequência, foi discutida proposta relacionada à reafirmação da exclusividade do uso de testes psicológicos por profissionais da psicologia, conforme previsto na legislação vigente. Foi destacado que a matéria também se encontra em debate em instâncias superiores do Sistema Conselhos e em discussões jurídicas de âmbito nacional. Considerou-se, portanto, que as ações relacionadas ao tema deverão envolver a Diretoria, a assessoria parlamentar e o setor de comunicação, especialmente no que se refere à divulgação de informações à categoria e à sociedade. Prosseguindo com a análise das propostas, foi abordada a possibilidade de realização de estudo técnico sobre a viabilidade de redução da anuidade. Diante das considerações previamente apresentadas sobre o funcionamento do orçamento institucional e as limitações

legais aplicáveis, registrou-se que eventuais estudos sobre o tema deverão ser conduzidos pela Diretoria, com apoio das áreas técnicas responsáveis pela gestão financeira. Em seguida, discutiu-se proposta relacionada à criação de programa de valorização e suporte profissional, que incluiria ações de orientação jurídica, apoio institucional e iniciativas de formação continuada. Durante o debate, a Conselheira Luciana Vasconcellos destacou que a temática da formação continuada possui interface com as atribuições da Comissão de Orientação e Fiscalização, especialmente no que se refere às ações de orientação profissional. Outros conselheiros ressaltaram que o tema também dialoga com possíveis comissões temáticas voltadas à qualificação do exercício profissional. Na análise das propostas relacionadas à assistência jurídica à categoria, incluindo demandas específicas como suporte em situações de licença maternidade ou violação de direitos no ambiente de trabalho, foi discutida a necessidade de delimitar adequadamente o papel institucional do Conselho, de modo a evitar sobreposição com atribuições típicas de entidades sindicais. Ainda assim, diversos conselheiros apontaram a relevância de iniciativas institucionais de orientação e encaminhamento de demandas que envolvam precarização das condições de trabalho ou violações de direitos humanos de profissionais da psicologia. Nesse contexto, foi sugerido que parte dessas ações possa ser acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos, considerando que a proteção dos direitos humanos dos profissionais também integra os objetivos institucionais dessa instância. Registrou-se ainda a possibilidade de articulação com outras estruturas institucionais, como o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), para encaminhamento de demandas relacionadas a contextos específicos de políticas públicas. Durante o debate, também foi mencionada a possibilidade de criação futura de comissão temática voltada à valorização e defesa da psicologia, proposta que deverá ser apreciada em plenária posterior. Caso instituída, tal comissão poderá assumir parte das discussões relacionadas à valorização profissional e às condições de exercício da profissão. Na continuidade da análise das propostas, foram discutidas iniciativas relacionadas à saúde mental de psicólogas e psicólogos, ao enfrentamento de práticas antiéticas ou antitécnicas e ao aprimoramento dos canais de denúncia e fiscalização. A Conselheira Nayara Koda sugeriu que algumas dessas propostas poderiam ser integradas em formulações mais amplas, reunindo ações de orientação, fiscalização e comunicação institucional, de forma a evitar sobreposição de iniciativas e otimizar a atuação das comissões envolvidas. Também foram apresentadas propostas relacionadas ao diálogo com operadoras de planos de saúde acerca das condições de remuneração dos serviços psicológicos. Durante a discussão, foi observado que a negociação direta com operadoras possui limitações institucionais, uma vez que muitos contratos são estabelecidos em âmbito regional ou privado. Ainda assim, foi mencionado que o Conselho Federal de Psicologia tem acompanhado a temática e discutido iniciativas legislativas voltadas à valorização da remuneração dos profissionais da psicologia que atuam no sistema suplementar de saúde. Ao final dessa etapa, foi reiterado que diversas propostas analisadas exigirão, em momento posterior, definição mais precisa de responsáveis institucionais, estrutura de execução e cronograma de implementação. Foi destacado que algumas ações poderão ser conduzidas no âmbito das comissões permanentes ou temáticas, enquanto outras poderão demandar a constituição de projetos específicos com equipes designadas para sua condução. Na continuidade dos trabalhos, o consultor Paulo Canarim retomou a discussão sobre a organização das atividades relacionadas ao planejamento estratégico, ressaltando a necessidade de sistematizar os compromissos assumidos pelas diferentes instâncias envolvidas. Foi destacado que as contribuições apresentadas pelas comissões e pelos participantes deverão ser consolidadas pelo grupo responsável pela condução do processo, de modo a permitir o acompanhamento das responsabilidades e dos prazos estabelecidos. Na sequência, o Conselheiro Bruno Stefani Ferreira de Oliveira solicitou a palavra para apresentar questionamentos relacionados à organização das comissões temáticas. O Conselheiro observou que a definição formal dessas comissões ainda seria submetida à deliberação do plenário, estando prevista para a próxima reunião plenária. Informou que, nessa ocasião, o Grupo de Trabalho responsável pela proposta de estruturação das comissões temáticas apresentará a proposta final para apreciação e votação do colegiado. O Conselheiro ressaltou que, enquanto não houver a deliberação formal sobre a criação e composição dessas comissões, a distribuição de tarefas vinculadas a elas deve ser tratada com cautela no âmbito do planejamento estratégico. Pontuou que

muitas das propostas discutidas estão associadas às futuras comissões temáticas e que, portanto, somente após a aprovação dessas estruturas será possível definir de maneira mais precisa a responsabilidade de cada instância. O Conselheiro esclareceu ainda que não integra o Grupo de Trabalho responsável pela formulação das comissões temáticas, mencionando que a Conselheira Juliana participa desse grupo e poderia contribuir com informações adicionais sobre o tema. Dando continuidade ao debate, foi discutida a necessidade de estabelecer prazos para que as comissões, uma vez definidas, possam realizar reuniões internas e avançar na elaboração das propostas vinculadas ao planejamento estratégico. Foi destacado que a definição de cronograma contribuirá para organizar o fluxo de trabalho e permitir que as contribuições sejam consolidadas antes das etapas finais de elaboração do planejamento. Durante essa discussão, o Conselheiro André Ferreira apresentou sugestão metodológica com o objetivo de facilitar a organização das propostas discutidas ao longo da reunião. O Conselheiro informou que se dispõe a elaborar um documento de síntese contendo as diferentes propostas apresentadas, estruturando-as de forma preliminar em eixos ou fluxos de trabalho. Segundo o Conselheiro, a iniciativa permitirá identificar os elementos centrais de cada proposta, como ações voltadas à formação, à comunicação institucional ou a outras áreas estratégicas, evitando que o grupo tenha que retomar a análise de todas as propostas a partir do início em cada nova reunião. O Conselheiro André esclareceu que essa sistematização inicial não teria caráter definitivo, mas funcionaria como base de trabalho para facilitar a análise coletiva. Informou ainda que pretende apresentar essa síntese em reunião subsequente, permitindo que o grupo revise, complemente ou ajuste os conteúdos apresentados. Em seguida, o consultor Paulo Canarim propôs a realização de um encontro adicional com parte dos participantes para acompanhamento das atividades relacionadas ao planejamento estratégico. Foi sugerido que a reunião ocorra na sexta-feira da semana seguinte, com duração aproximada de uma hora, em horário a ser definido conforme a disponibilidade dos envolvidos. Para viabilizar a organização do encontro, foi solicitado o apoio da conselheira Andressa Antunes, que ficou responsável por auxiliar na articulação da agenda entre os participantes. A proposta apresentada foi a realização de uma reunião coletiva, com participação dos integrantes envolvidos nas etapas de sistematização e acompanhamento das propostas. Durante essa etapa, também foram mencionados os nomes de participantes que poderão ser incluídos na articulação da agenda, entre eles o assessor Rodrigo Oliveira e o conselheiro Tobias Ferreira, de modo a garantir que todos os envolvidos no processo tenham acesso às discussões e possam contribuir com as definições necessárias. Na sequência, a conselheira Andressa Antunes informou que irá realizar consulta prévia aos participantes por meio do grupo de comunicação utilizado pela equipe, com o objetivo de identificar os horários de maior disponibilidade para a realização da reunião. Após a definição do horário mais adequado, a agenda será formalmente encaminhada aos participantes. Ainda no contexto das discussões sobre organização do fluxo de trabalho, foi abordada a necessidade de estruturar melhor a relação entre as demandas encaminhadas pelas comissões e o setor de comunicação institucional. Foi ressaltado que, para evitar sobrecarga de trabalho e retrabalho, as demandas encaminhadas à comunicação deverão observar requisitos mínimos previamente definidos, como apresentação clara de objetivos, definição de conteúdos e indicação de responsáveis. O consultor destacou que a comunicação institucional atua, muitas vezes, na etapa final do processo de produção de conteúdos e campanhas. Assim, a definição prévia de critérios e fluxos de encaminhamento poderá contribuir para tornar o processo mais eficiente e evitar o envio de demandas incompletas ou sem definição adequada de escopo. Prosseguindo com a organização das atividades, foi indicado que o encontro previsto para o dia 6 de fevereiro terá como objetivo principal realizar alinhamento entre os participantes sobre o andamento das atividades desenvolvidas ao longo da semana e sobre a sistematização das propostas relacionadas ao planejamento estratégico. Também foi discutida a necessidade de definir nova data para continuidade das discussões após esse primeiro encontro de alinhamento. Durante o diálogo, foi mencionado que parte das entregas relacionadas ao planejamento estratégico deverá ser apresentada em data posterior, prevista para o dia 20, momento em que se espera contar com contribuições consolidadas das instâncias envolvidas. Ao final da reunião, os participantes reconheceram o volume de atividades envolvidas no processo de elaboração do planejamento estratégico e ressaltaram a importância de manter a articulação entre conselheiros, colaboradores e equipes

técnicas do Conselho para garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos. Não houve deliberação formal nesta etapa da reunião, ficando definidos apenas encaminhamentos relacionados à organização de reuniões de trabalho, sistematização das propostas apresentadas e articulação de agendas entre os participantes, com o objetivo de subsidiar a continuidade do processo de elaboração do planejamento estratégico institucional. Encerradas as discussões, o consultor Paulo Canarim agradeceu a participação dos presentes e registrou o encerramento da reunião. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Lucas Fernandes Ayres Pinto, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelas(os) demais presentes. Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Fernandes Ayres Pinto, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 23/03/2026, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Alcântara Santos da Conceição, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 23/03/2026, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabelle Oliveira Pereira, Conselheira(o) Vice-Presidente**, em 23/03/2026, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Moreno, Conselheira(o) Presidente**, em 24/03/2026, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2664559** e o código CRC **C8A5047D**.